

Modernização e urbanização ao sul do Império: a fundação do Banco da Província do Rio Grande de São Pedro (1858)

Uriel Dutra¹ | Elaine Smaniotto²

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar os fatores determinantes que levaram a fundação do Banco da Província de São Pedro em Porto Alegre no ano de 1858 para compreender porque essa instituição de crédito surgiu nesse espaço, tempo e modo específicos da história do Rio Grande do Sul. O método está baseado em fontes bibliográficas, iconográficas e documentais, com análise de informações. A pesquisa ocorreu no acervo bibliográfico das Faculdades Integradas de Taquara, no Arquivo Histórico de Porto Alegre e no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Os resultados revelam que o Banco foi fundado por intermédio de elites locais, com interesse em novos lucros, também por essa Província constituir uma fronteira que deveria ser continuamente assegurada. Essa instituição, o Banco, surge em um momento de urbanização e modernização, visto que se transforma em uma ferramenta desses interesses. Por outro viés, apresenta-se como espaço de exclusão social, por meio das relações de poder que estabelece e legitima.

Palavras-chave: Modernização. Urbanização. Rio Grande do Sul. Banco da Província.

Abstract

The objective of this article is to identify and analyze determining factors in the foundation of Banco da Província de São Pedro, in the city of Porto Alegre, in 1858, in order to comprehend the reason why the bank was founded in this precise context of the history of Rio Grande do Sul. Bibliographic, iconographic and documentary resources served as a basis for the present research, and an analysis of the aforementioned information has been performed. The library of Faculdades Integradas de Taquara, Historical Archive of Porto Alegre and Hipólito José da Costa Museum of Communication provided books and archives for this research. Results reveal that local elite financed the foundation of the Bank, regarding it as a new and profitable investment, and its location was carefully chosen

¹ Graduado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - Taquara/RS. uriel.dutra@hotmail.com

² Professora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - Taquara/RS. Orientadora do trabalho. e.smaniotto@ibest.com.br - <http://lattes.cnpq.br/8296134223783851>

due to the province proximity to borders that required constant surveillance. This institution was founded during a period of urbanization and modernization and soon became an instrument for their development. At the same time, the Bank turned into a space of social exclusion, as a result of the power relations that it established and legitimated.

Keywords: Modernization. Urbanization. Rio Grande do Sul. Banco da Província.

1 Introdução

Na primeira metade do século XIX, após alguns conflitos e tratados, obtendo Portugal a posse definitiva das terras que hoje compõem o Estado do Rio Grande do Sul, iniciou-se um florescimento comercial nos maiores centros do litoral sul – Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Nesse período, os reflexos do capitalismo adentravam cada vez mais na América, reconstruindo e resignificando os modos das pessoas se organizarem no espaço. Assim como na Europa, na América também houve um processo de monetarização seguido pela criação de instituições financeiras (os bancos), que visavam regular as relações monetárias na sociedade.

O contexto do período imperial brasileiro, especificamente o ano de 1858 em Porto Alegre, mostra-nos que existia uma circulação monetária, o que levava um grupo a criar um Banco na capital. Desse fato surgiram questionamentos: por que esse Banco foi criado? Quem o criou? Com qual finalidade? Qual a relação com o governo imperial e quem se utilizava e se beneficiava desse Banco em termos particulares e públicos? Quais municípios da Província do Rio Grande do Sul mais o utilizavam e por que fora criado em Porto Alegre e não em Rio Grande ou Pelotas? Por que no ano de 1858? Esse Banco também cunhava moedas? Que mudanças o Banco da Província trouxe para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul e quais as relações entre a criação desse Banco e o desenvolvimento do capitalismo no sul do Império? Qual relação se faz com a modernização materializada nesse espaço em questão?

2 Breve contexto internacional e nacional: a sociedade urbana em transformação

No século XIX, a Europa vivenciava um momento de esplendor intenso, que seria considerado como o “século das luzes”. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa, as modificações na mentalidade e nas práticas culturais, ocorridas no século XVIII, todos esses aspectos históricos produziram reflexos no século XIX, que estava visto como “civilizado e moderno, legitimado pela cientificidade”.

Nesse momento, na América, o Brasil vivenciava diversas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, pois uma corte europeia havia se instalado, uma Independência fora proclamada, o Império construído. Junto com ele, veio o desejo de mostrar que o Brasil era uma extensão da Europa, ou seja, modernizado, urbanizado e civilizado. Assim, verificam-se as viagens transatlânticas, pacíficas e índicas feitas pelo monarca D. Pedro II, que assumira o trono em 1840.

O lento desenvolvimento da rede urbana no início do século XIX deriva da política colonial e do sistema de produção que se instituiu durante o período colonial, momento em que pouco se pensava no aperfeiçoamento da estrutura urbana. Diante desse contexto, surge cada vez mais a necessidade de urbanizar e modernizar o Brasil, justamente porque essas ideias estão atreladas ao pensamento capitalista (econômico) e à nova mentalidade política de transformação da Colônia em Império, que exigiria o aparato administrativo no próprio Brasil, cabendo ao espaço se urbanizar para comportar essa nova situação. Segundo Emília Viotti da Costa (1999, p. 241),

Os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam a margem da civilização, meras extensões das zonas rurais.

O Rio Grande do Sul³ é o espaço que constitui o elo entre a Região Platina e o restante do Brasil, por isso se faz mister compreender o contexto do século XVIII, que é justamente o momento em que se constituíram as bases para construir o contexto do século XIX. Assim, a fronteira é entendida como um espaço de interação entre as culturas que habitam ali de diversas formas. Na fronteira, encontra-se a frente de expansão, situação na qual quem ocupa procura retirar o “indesejável” do caminho e do espaço. Nesse modelo, a fronteira é entendida como algo em movimento. Já no modelo que se denomina “frente pioneira”, há uma situação em que os colonos vêm para ocupar, compram terras, ocupam o espaço e geram capitais a partir desse novo espaço. Conforme Reichel (2006, p. 44),

Uma região se organiza a partir da relação que o homem estabelece com a natureza principalmente através do seu trabalho resultando dessa troca espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas [...] as relações sociais, fundamentadas nas experiências vividas, nas ideias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si bem como a cultura por eles produzida, configurando uma região.

A partir dos relatos do viajante francês Auguste de Saint Hilaire pela província do Rio Grande, é possível verificar que há a presença de alguns escravos em Porto Alegre, Rio Grande e como ferramenta de ocupação de terras, porém a mão de obra escrava não pode ser considerada como base da grande produção como ocorreu nas charqueadas, nos cafezais e nos canaviais. Ao contrário, o escravo muitas vezes complementa a mão de obra branca, o próprio dono da terra trabalha, portanto não há uma plantação escravista.

Segundo Mário Maestri Filho (1984, p. 49), isso se dá justamente por causa do preço do escravo, conforme verifica:

³ Nome atual, referindo-se à Província de Rio Grande de São Pedro.

Manoel Magalhães lamenta-se, em 1808, do preço do escravo e louva os dias quando ('há vinte e cinco anos a esta parte') antes que para Montevidéo laborassem semelhantes negociações (o contrabando de escravos), se vendiam os escravos na América por metade do que hoje correm.

Assim como nas plantações, Maestri Filho (1984) afirma que a presença de escravos na pecuária é existente, porém não se afirma como significativa, justamente porque, assim como em algumas estâncias havia grandes quantidades de escravos, em outras havia menores quantidades, e ainda em outras nem havia a presença de cativos.

Segundo Dóris Rejane Fernandes Magalhães (2003, p. 30), "A fronteira, na história de Rio Grande do Sul, sempre foi uma característica peculiar. O gaúcho moldou-se pela vivência na fronteira sulina brasileira". Andando nas estâncias e fazendas, guerreando, esse gaúcho valente lutou e defendeu seus ideais de liberdade e fraternidade.

O que derivou a condição de fronteira em guerra em um conjunto de peculiaridades estruturais na sociedade gaúcha em relação à do Brasil: sua estrutura da propriedade de terras, suas classes sociais rurais, assim como a relação que sua classe dominante possuía com as classes dominantes de outras regiões e com o Governo Imperial. Por isso, o território do Rio Grande do Sul serviu de palco para a experiência social nova no Brasil do século XIX. Segundo Ramos (2006, p. 428),

A transferência da elite rural para as cidades, no século XIX, conferiu-lhes uma outra característica: a de cidades em crescimento. Isso acontece principalmente pelos investimentos que a elite faz para dotar o centro urbano de espaços de representação condizentes com o grau de riqueza. Nesse contexto salienta-se a cidade de Pelotas, onde, ao longo do século XIX, a elite enriquecida com a charqueada e com o comércio buscou arquitetos e engenheiros na Europa (italianos e franceses) para construir seus casarões na cidade. 'O símbolo de poder econômico e social era o sobrado urbano, quando a família do grande proprietário ocupava somente a parte superior, deixando o térreo para acomodar a criadagem e a cavalaria' (DE LEON). É possível dizer, então, que as casas eram carregadas da simbologia do poder econômico e político. Elas tinham, além da função de abrigo, a de serem representações do poder e do prestígio de seu dono.

3 Modernização ao Sul: a implantação do Banco na Província do Rio Grande de São Pedro - Porto Alegre no ano de 18

Surgem, na Província do Rio Grande do Sul, uma vontade e uma necessidade de constituir um Banco, ou seja, um órgão que regulamentasse e aprovasse as situações advindas das questões relacionadas diretamente com a questão monetária. Essa necessidade não era nem local nem regional, mas mundial. Destaca-se aqui apenas a fala do então ministro da Fazenda Sr. Bernardo de Souza Franco (SOUZA FRANCO *apud* COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1987, p. 49), que, em 1857, já sinalizava com convicção a extrema necessidade do estabelecimento de novos bancos no Brasil, como afirma:

O que não está suficientemente compreendido nem ainda pelas direções dos atuais bancos, aliás, compostas de pessoas habilitadas, é que a organização bancária se liga tão estreitamente ao sistema monetário, que exige a maior conformidade de vista. Sem emissões de papéis de crédito dificilmente se podem sustentar os bancos e é muito fraco o auxílio que prestam à indústria: com a emissão, preciso é marcar-lhe regras que a contêm nos justos limites e a conciliem com igual direito que entre nós exerce o Tesouro na emissão de suas notas circulares. Entre nós, portanto, ainda estão tão ligadas as questões de reforma do meio circulante e da organização dos bancos, que indispensável é tratá-las juntas e combiná-las em um só plano.

Portanto, a partir dessa situação, verificamos justamente que a instalação do Banco da Província do Rio Grande do Sul não foi algo isolado, mas representou parte de um movimento que se projetou no Brasil desse período. O ministro Bernardo de Souza Franco entendia que a criação de novos bancos era necessária para o desenvolvimento de novos investimentos e do processo de industrialização, visto que considerava o Brasil ainda essencialmente agrário. Assim, conforme a Coordenadoria de Comunicação Social (1987, p. 50), verificamos que,

Souza Franco sugeriu também a criação de bancos em todas as províncias que pudessem sustentar-se. Mas, ao assumir a pasta da Fazenda, apesar das reivindicações da imprensa e das associações de classe para que fundasse mais bancos, mostrou-se hesitante. A princípio, tentou que o Parlamento aprovasse lei autorizando o Tesouro a depositar seus fundos disponíveis no Banco do Brasil. Depois, levantou a questão sobre se a implantação de bancos dependia ou não de um novo ato legislativo, já que a criação do banco do Brasil se fizera por lei. Apesar das críticas e acusações de inconstitucionalidade, Souza Franco optou por criar novos bancos de emissão através de simples decretos executivos. Assim, a seu critério, aprovou a criação dos seguintes estabelecimentos emissores: Banco Comercial e Agrícola, por decreto de 31 de agosto de 1857; Banco da Província do Rio Grande do Sul, por decreto de 24 de outubro de 1857; Banco da Província de Pernambuco, por decreto de 4 de novembro de 1857; Banco da província do Maranhão, por decreto de 25 de novembro de 1857[...].

Possivelmente o Banco da Província do Rio Grande do Sul surgiu justamente para regular as relações monetárias e instaurar uma praça de crédito formal e legítima até então inexistente, ou seja, a europeização estava chegando aos maiores centros urbanos, assim como já se verificava o afrancesamento vindo com a Família Real Portuguesa em 1808, que trouxera para o Rio de Janeiro o Banco do Brasil (1810). Já no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, só em 1858 apareceu a “Praça do Comércio de Porto Alegre” para regular as atividades comerciais. Conforme Gentil Corazza (2003, p. 48), “[...] as principais casas comerciais fundadas tanto em Porto Alegre como em Rio Grande por imigrantes voltavam-se à importação. Jean Roche contou 42 casas de comércio de importação nas maiores cidades gaúchas em 1858”.

O Banco da Província do Rio Grande do Sul nasceu evidentemente do reflexo de um contexto maior, o capitalismo, porém com capitais locais e sob a direção de capitalistas ligados ao comércio local, somando oito sócio-fundadores. Desde 1854, houve empenho de organizar-se aquele estabelecimento de crédito, mas os entraves burocráticos e outros retardaram até o início do mês de julho de 1858 a sua efetiva instalação. De

1854 a 1857, ocorreram doze reuniões entre os fundadores até que viesse a autorização imperial para abertura do Banco.

Os entraves burocráticos estavam atrelados ao governo Imperial, que não concedia a autorização, mais especificamente ao Ministro da Fazenda, Visconde do Paraná, que mantinha uma política contrária à criação de bancos fora da corte, ou melhor, dos bancos independentes nas Províncias. A autorização somente foi concedida em 1857, quando assumiu Bernardo de Souza Franco no lugar do Visconde do Paraná, que autorizou, através do Decreto nº 2005 (1857), em que constou por base principal o seguinte, preservada a grafia original:

Autorisa a incorporação e aprova os Estatutos do Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, com diversas alterações. Attendendo ao que Me representarão Manoel Ferreira Porto Filho e outros negociantes na Cidade do Porto Alegre, e tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, - Hei por bem Autorisar a incorporação de hum Banco de descontos, depositos e emissão na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o qual se regulará pelos Estatutos.

O Banco da Província do Rio Grande do Sul foi fundado por sete sócios com alto poder aquisitivo. Conforme imagens⁴ desses senhores no século XIX, podemos verificar que se apresentam com uma postura e uma expressão facial que indicam seriedade e compromisso com os seus negócios. Estas fotografias também legitimam, através das vestimentas, o grupo social a que pertencem, sendo eles, respectivamente:

a) José Innocencio Pereira. Foi em sua casa, localizada na Rua da Praia, que nasceu a ideia da fundação do Banco. Resignou o cargo após sua reeleição;

b) João Pereira Machado. Foi diretor e secretário. Eleito suplente em 1854 e convocado em 1857. Prestou relevantes serviços ao estabelecimento. Foi eleito presidente em 1860 e resignou o cargo antes de concluir a gestão;

c) Comendador Manoel Ferreira Pôrto Filho, diretor presidente, foi eleito membro do Conselho da Diretoria em 1854 e depois Presidente. Foi um forte esteio na organização do Banco;

d) José Joaquim dos Santos Ferreira. Eleito suplente em 1854 e convocado a exercer o cargo em 1858. Autor do “famoso” relatório que serviu de base para organização do Banco. É considerado o fundador do Banco pelas primeiras providências que tomou e pelo entusiasmo com que incentivou a sua realização;

e) José Pedro Alves. Colaborou na diretoria desde 1854 até 1859, quando veio a falecer. Deixou assinalados serviços ao Banco;

f) Lopo Gonçalves Bastos. Prestou durante muitos anos inestimáveis serviços ao Banco. Foi presidente da diretoria em diversos períodos sociais. Elemento de grande valor. Deixou larga folha de serviços às instituições filantrópicas de Porto Alegre. Foi o primeiro presidente da antiga Praça do Comércio, hoje Associação Comercial de Porto Alegre;

⁴“O testemunho sobre o passado oferecido pelas imagens, são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos inscritos [...]” as imagens “oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam” (BURKE, 2004, p. 233).

g) José Dias de Souza. Eleito suplente em 1854 e convocado para o exercício do cargo em 1857. Reeleito para o segundo período social, quando resignou o cargo.

Para Gentil Corazza (2003, p. 48), essa situação de instalação do Banco é contextualizada pelo elo que se cria entre as colônias alemãs e Porto Alegre, e este com outras regiões mundiais, uma vez que

[...] a cultura de subsistência logo se expande e passa a atender outros mercados, chega a capital e depois a outros centros do país. Porto Alegre passa a ser escoadouro dessa produção e começa a crescer as taxas significativamente superiores as de Pelotas, a cidade que polarizava regionalmente as charqueadas e o comércio do sul da província.

Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul, bebera da fonte europeia sob a ótica dos preceitos de modernização e urbanização das cidades. As instituições financeiras faziam grande representação de modernização nesse momento, no qual Paris, Londres, Roma e Nova York haviam construído a cultura das casas de créditos e empréstimos para particulares com grande poder aquisitivo e para grandes empresas, pois se via assim a construção de um fácil lucro. Possivelmente, foi com esses ideais que se estabeleceu o Banco da Província do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, trazendo novas configurações às relações socioculturais a respeito do dinheiro e seus possíveis usos. Conforme nos informam os documentos da Junta Comercial referentes ao século XIX, podemos compreender que o desenvolvimento trouxe novas possibilidades para esta região. Nesse sentido, Corazza (2003, p. 48) destaca:

[...] a navegação pela Lagoa dos Patos aumenta consideravelmente neste período, e Porto Alegre tem linhas regulares de barco a vapor para os principais centros vizinhos, como Rio Pardo, São Leopoldo, Rio Grande e Taquari. Surgem também as primeiras firmas de comércio fundadas por alemães, que vão substituir os antigos nomes portugueses e açorianos: Fraeb, Huch, Gerhardt, Albrecht, Klein, Muller, Mentz, Dreher, Renner, Bier, Kraemer e Bromberg.

Sobre a colônia de São Leopoldo, a historiadora Dalva Reinheimer (2010, p. 36) reforça:

A utilização do rio (dos Sinos) como via de transporte deu as condições iniciais de desenvolvimento à colônia, e esta, em poucas décadas, de 1824 a 1850, passou de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas manufatura, comércio e serviços e, através dessas atividades, integrou-se na evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Durante o século XIX, houve uma transferência da economia do eixo sul charqueador para as áreas coloniais, principalmente a Colônia de São Leopoldo. De acordo com a historiadora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2006, p. 425), verificamos:

Em São Leopoldo desenvolveu-se também o trabalho com o couro e, na década de 1850, era grande o número de curtumes existentes na vila. A melhoria dos transportes - barcos e estradas de ferro - proporcionou um impulso muito grande à Colônia de São Leopoldo, que a partir da década de 1860, produziu não somente para o mercado regional, mas alcançou também o mercado nacional, tornando-se, assim, parte integrante do 'celeiro do Brasil'. A partir do último quartel do século XIX, imigrantes italianos ocuparam o planalto sul rio-grandense, voltando-se à produção agrícola e de vinhos.

Sendo assim, essa Colônia próxima da capital da província fez surgir uma mobilidade social, cultural e econômica. É justamente esse fato que fundamenta a localização geográfica de instalação do Banco, a capital Porto Alegre e não as cidades de Pelotas e Rio Grande. Conforme estudos de Gentil Corazza (2003, p. 48), confirmamos:

A imigração alemã, iniciada em 1824, começava a mostrar seus primeiros frutos após anos de trabalho árduo e - ao lado da economia pecuária do sul, cujo epicentro era a região da campanha e assentava-se na grande propriedade - começa a surgir outra, mais diversificada, com base na pequena propriedade e no trabalho familiar do colono.

O Banco da Província atendeu principalmente à elite, grupo que poderia solicitar créditos para novos investimentos, assim, sob uma ótica humanista, o banco também se tornava uma ferramenta de exclusão social, justamente porque poucos poderiam frequentá-lo. Como o Governo Imperial mandou negativa em 1854, os sócios-fundadores resolveram fazer uma assembleia para dar início aos trabalhos mesmo sem autorização do Imperador, assim organizaram o início do Banco como retratou o jornal *O Mercantil* no dia 19 de junho, dirigido pelo jornalista José Cândido Gomes, editado em Porto Alegre (REVISTA, 1858):

Temos a comunicar aos nossos leitores uma muito agradável notícia: está organizado o Banco da Província. Na casa do Sr. Comendador Pôrto reuniram-se ontem trinta e oito acionistas entre os quais se achavam os principais negociantes e capitalistas desta cidade, e dos que não puderam comparecer muitos nomearam procuradores. Procedendo-se à subscrição das ações, foram ali mesmo tomadas 681 ações que representam um capital de Rs. 136:200\$000. Achou por conseguinte que o número de ações cobria de sobejo o que os estatutos requeriam para instalar-se a sociedade. Foi, pois, criado o Banco da Província! Procedeu-se à eleição da mesa, cujo único fim é regularizar os trabalhos da assembleia geral dos acionistas nas suas reuniões preparatórias, e saíram eleitos: Presidente – Dr. Luis de Freitas e Castro; Secretários - José Domingos dos Santos e Manoel Soares Lisboa. Entraram em discussão os estatutos oferecidos pela comissão e foram, depois de discutidos, aprovados os títulos 1º e 2º. Sendo a hora avançada, levantou-se a sessão às 2 da tarde, convidando o Sr. Presidente a assembleia para se reunir de novo hoje às 4 horas da tarde no mesmo local. Depois que estiverem aprovados os estatutos, proceder-se-á eleger o conselho de direção composto por 7 membros que possuem mais de 30 ações.

A fundação do Banco gerou toda uma movimentação dentro da cidade, principalmente por parte da elite. Isso influenciou no estabelecimento de sua localização, em

uma área central da cidade e numa das principais ruas, a Rua da Praia. Porto Alegre passa a contar com um Banco, mais uma instituição estava sendo fundada, era o Brasil urbano e moderno que apontava para o sul do Império. Segundo Pesavento (1999, p. 392):

Paris do fim do século XVIII ao fim do século XIX, construiu-se o paradigma da modernidade urbana. Se edificar a Paris monumental, modelo de metrópole, não foi possível na sua integridade – como tal, Paris é única -, o imaginário urbano da cidade migrou e difundiu-se pelo mundo. Tal processo se deu não só pela materialidade da forma assumida pela capital francesa, na sua monumentalidade exemplar construída pelos interventores do urbano, mas também e sobretudo pela narrativa literária que sobre ela se fez. (...) Se, na prática, o paradigma é fruto de intervenções na cidade, foi no plano das representações literárias que buscamos a ressonância, mundialmente partilhada, desse processo de modernidade urbana (grifo nosso).

Na obra “O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris - Rio de Janeiro - Porto Alegre” (PESAVENTO, 1999), é evidenciado justamente que o espaço moderno é desejado, e que, através de ideias e imagens, ele é reapropriado em tempos e espaços diferentes, como o Banco da Província, por exemplo, que é criado a partir de uma ideia projetada em outro espaço e tempo, que vai ser compartilhada pelo mundo a partir dos anseios por modernidade.

Conforme Macedo (1998, p. 10), “[...] o Banco da Província do Rio Grande do Sul tinha sua localização na Rua Nova da Praia (Sete de Setembro atual) esquina com Rua do Comércio (atual Rua Uruguai) [...]”.

Em meados do século XIX, o viajante alemão Avé-Lallemant, que passou pelo Rio Grande do Sul em 1858, descreveu a Rua da Praia como: “a principal, larga, regular, com casas muito majestosas de até três andares” (1980, p. 114). A partir dos relatos dos viajantes como Avé-Lallemant e Saint Hilaire podemos constatar que há um processo de modernização em Porto Alegre durante o século XIX, e isso é verificado principalmente na Rua da Praia, até então a principal.

Conforme os dados obtidos na Revista de Edição Comemorativa ao Banco, é possível verificar que o Banco da Província do Rio Grande do Sul fomentou a modernização e consequentemente a urbanização da capital da Província, então Porto Alegre. Além disso, acreditou em ideias que, ao longo do século posterior, passariam para todo o Rio Grande do Sul, através de empreendimentos públicos, como as principais obras levadas a prática na capital da província de São Pedro, tais como o abastecimento de água à população, serviço de bondes, iluminação, pavimentação e outros melhoramentos públicos. Com isso, observamos que a qualidade de vida também se eleva devido a novas práticas: a higienização, a limpeza, os pequenos confortos, entre outros⁵.

Nesse contexto, identificamos uma injeção de ânimo nos investimentos e ideias relacionadas a modernização e urbanização, ambas com reflexos na qualidade de vida. Conforme Spalding (1975, p. 34),

⁵ O espaço da cidade age efetivamente como um ímã, atraindo o novo, o inusitado, o moderno, o meio de transporte inova, a construção ocupa mais espaço, os lâmpioes iluminam a noite, ou seja, à noite a cidade continua funcionando, sejam com os teatros, como por exemplo, o Teatro São Pedro, que foi inaugurado em 1858 que além de teatro foi também cinema.

Sua Câmara Municipal trabalhou sempre, procurando todos os meios para engrandecê-la (Porto Alegre). Fez aterros (Rua Sete de Setembro). Criou praças (Praças da Harmonia). Desenvolveu e ampliou o mercado de 1842, que foi inaugurado em 1º de outubro de 1870. Promoveu melhoria do calçamento das ruas centrais e dos passeios. Foi criada a primeira Companhia Hidráulica, para fornecer água encanada à população. Estabeleceram-se novas e ampliaram-se as antigas instituições de Caridade (Sociedade Portuguesa de Beneficência, Sociedade Francesa de Beneficência, e a antiga Santa Casa de Misericórdia receberia novas ampliações). Fundaram-se e construíram-se novas igrejas, como a de Nossa Senhora da Conceição, católica, e a Igreja Luterana, da Rua Senhor dos Passos. E, após a guerra, os transportes coletivos, até então feitos em caletas e tálburis puxados por cavalos, sofreram uma revolução: criou-se a Companhia de Bondes a tração animal: primeiro a machambomba, sobre trilhos de madeira, depois a Carris de Ferro, com diversas linhas para os arrabaldes de São João, Navegantes, Partenon, Glória, Teresópolis e Menino Deus.

Na Província de Rio Grande de São Pedro, houve uma intensa presença de escravos na vida produtiva da economia. Segundo descrição de Saint-Hilaire (1974), houve uma grande presença de escravos negros nos mais diversos espaços urbanos e em variadas profissões, muito se percebe o uso doméstico do escravo. Geograficamente, o escravo se concentrou nas maiores aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul, ou seja, também se fizera presente nesse contexto de modernização e urbanização pelo qual Porto Alegre passava, no qual a Rua da Praia não era apenas a Rua do Banco da Província. Segundo Auguste de Saint-Hilaire (1974, p. 41),

Porto Alegre, 21 de Julho... A Rua da Praia, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando volumes diversos. É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões. Quase na metade desta rua existe um cais dirigido para o lago, e ao qual se vai por uma ponte de madeira de cerca de cem passos de comprimento, guarnecida de parapeito e mantida sobre pilares de alvenaria... A vista desse cais seria de lindo efeito para a cidade se não houvesse sido prejudicada pela construção de um edifício pesado e feito, à entrada da ponte, de 40 passos de comprimento, destinado à alfândega.

O dinheiro sempre foi raro e caro no Rio Grande do Sul, isso desde o período colonial, o que facilitou as atividades de ambulantes e prestamistas e similares (FRANCO, 1998, p. 54). Nesse aspecto, com a instalação do Banco da Província, a realidade em um primeiro momento não mudara demasiadamente, uma vez que as trocas e acertos baseavam-se entre os negócios, e até mesmo porque parte da população não teve um acesso direto ao Banco ou ao seu dinheiro (moedas) produzido, lembrando que em meados do século XIX um terço dos 14 mil habitantes eram ainda escravos, assim como as mulheres que também não utilizavam os serviços prestados pelo Banco, devido ao predomínio histórico (às vezes exacerbado) do domínio dos homens na história dos negócios. De acordo com Macedo (1998, p. 68),

Para o modesto porto-alegrense, a vida se complicava. Além daquela mudança das medidas das coisas que comprava e que vendia, vinha agora, o problema do dinheiro. Complicaram para conseguir dinheiro antes era tomado emprestado no cartório de órfãos. Teriam de ir ao banco.

O Banco da Província do Rio Grande do Sul foi o primeiro banco fundado na região sul do Brasil, sendo formado por capitais locais e sob a direção de capitalistas ligados ao comércio de Porto Alegre. Seus estatutos foram aprovados em 24 de outubro de 1858 com o nome de “Banco da Província”, e passou a funcionar com apenas cinco funcionários, em prédio alugado, um sobrado antigo na esquina das ruas da Praia e Bragança.

Conforme o Decreto nº 2005 (1857), foram estabelecidas algumas prerrogativas quanto ao uso de bilhetes, com o objetivo de evitar falsificações. Conforme artigo 77 desse decreto, verificamos:

Os bilhetes que o Banco emitir terão a assignatura de hum dos Directores de semana e a rubrica do Presidente do Banco. A responsabilidade porém destes bilhetes será do Banco, e não dos que os assignarem ou rubricarem. Nenhuma emissão terá lugar sem que seja autorizada pela Direção, do que se lavrará acta designando-se a somma a emitir, e a qualidade dos titulos e seu valor. O Conselho de Direção em tempo conveniente, informará á Presidencia sobre a reunião da commissão de exame, para que nomeie, querendo, hum Commissario que verifique pela sua parte se a emissão de que se trata excede a autorizada. (Grafia original)

Como publicado no jornal *O Conciliador*, no mês de outubro de 1858, verificamos que o Banco da Província agia com maior dinamicidade em relação ao restante dos bancos existentes no Brasil deste período. A fundação do Banco da Província impulsionou o contexto de modernização e urbanização do Rio Grande do Sul, assim essa instituição gerou a possibilidade de enriquecimento aos burgueses emergentes. Uma das maneiras de obter lucro e desenvolver os negócios era se tornar sócio de empresas em desenvolvimento. Verifica-se que, a partir do ano de 1858, a sociedade da Província do Rio Grande do Sul e principalmente de Porto Alegre passou a contar com a compra e venda de ações do Banco da Província, como anunciado em 1875 no Jornal do Comércio na seção de classificados: “[...] 50 ações do Banco da Província avaliadas em 200\$000 um [...]”. Assim, constatamos que já em meados do século XIX fazia-se o comércio de ações no Brasil, ou seja, vendia-se e comprava-se algo subjetivo, situação essa que faz representação ao alto grau de modernização que chegara neste espaço.

Durante a década de instalação do Banco da província, verificamos uma ausência monetária na Província, visto que as duas décadas antecedentes foram fortemente marcadas pela Revolta Farroupilha, momento em que se intensificou o tráfico de moedas entre o Rio Grande do Sul e a Região Platina. Devido às lutas armadas, ocorreu uma sucessão de saques nas cidades e estâncias, fazendo com que o meio circulante ficasse cada vez mais raro. As moedas de ouro e prata eram raríssimas, a mais comum era de cobre. Conforme Spencer Leitman (2012, p. 5),

Os americanos de Massachussetts e Rhode Island iam para as ilhas de sal perto dos Açores e levavam sal para o Rio Grande, negociado em troca de couro. Nessa época, os americanos também exportam o cobre que serviria para fazer moedas no Brasil. O Rio Grande do Sul foi bem conhecido aqui (nos EUA).

De forma geral as moedas de ouro eram cunhadas na Província do Rio de Janeiro, as moedas de prata eram importadas da Espanha sendo que esta prata vinha a maior parte das Minas de Potosí (atual Bolívia). Na Província do Rio Grande de São Pedro prevaleciam as moedas de cobre, que eram cunhadas no Rio de Janeiro ou na própria Província. O cobre era importado da Inglaterra.

As moedas que circularam na Província do Rio Grande de São Pedro na época da fundação do Banco da Província tiveram diversas origens geoculturais além da Inglaterra. Isso aconteceu justamente porque o desenvolvimento do comércio fez entrar novas moedas através dos serviços de frete, das compras e vendas de seguros, das viagens internacionais, da chegada de imigrantes e do contrabando.

Segundo Luiz Aranha Correa do Lago (1982), entre o período do conflito farroupilha (1835-1845) até a fundação do Banco da Província (1858), circularam várias moedas na Província sulina além das imperiais (de ouro, prata e cobre), tais como as moedas inglesas: *sovereign, crown, shilling* e *6 pence*; também as moedas espanholas: onças de ouro, 8 reales de prata, 4 reales de prata e 2 reales de prata; como norte-americanas, foram identificadas: 10 dólares de ouro, 5 dólares de ouro, 2 dólares de ouro, 1 dólar de prata e meio dólar de prata; portuguesa apenas a meia dobra de prata; de origem argentina: moedas de prata; da região mexicana: onça de ouro; como chilena: 1 peso; e boliviana: 1 peso.

Essa presença monetária sem precedentes na Província do Rio Grande de São Pedro em meados do século XIX construiu e produziu um comércio ativo, articulando um alto comércio de mercadorias atrelado à moeda metálica e não mais à moeda mercadoria. Ou seja, as ideias do capitalismo adentravam sinuosamente nesse espaço sulino, “costurando” o uso das moedas no “retalho cultural” compreendido pelo gaúcho, pelo colono alemão, italiano, pelo negro escravo e demais categorias étnicas ali presentes que se “esbarravam” entre as compras e vendas de mercadorias na capital Porto Alegre. Indissociavelmente a essa demanda monetária comercial, apresentavam-se os processos de urbanização e modernização da Capital e da Província, visto que um aspecto relevante desse processo foi a fundação do Banco da Província, que aglutinou capital e permitiu o fomento do desenvolvimento urbano no sul do Império de D. Pedro II.

4 Considerações finais

O sul do Brasil é um espaço historicamente em construção, seja pela presença do contrabando, seja pelos conflitos vividos, porém verificamos que esse espaço geograficamente fronteiro teve vivências dinâmicas singulares justamente por causa de sua condição de fronteira, e assim, longínqua da capital que era o Rio de Janeiro. Com isso, podemos compreender que os processos sociais (econômicos, culturais e políticos) ocorreram com maiores barreiras e dificuldades se compararmos ao restante do terri-

tório do Império brasileiro de D. Pedro II. Mesmo assim, identificamos um demasiado esforço por parte da província sulina a fim de que se desenvolvesse e progredisse como as demais.

A fundação do Banco da Província do Rio Grande de São Pedro nos revela indiretamente os limites da política imperial, que se apresentava burocrática e antimoderna, visando sempre um poder centralizado para o Rio de Janeiro, e também justamente porque a criação de novos bancos ao longo do Brasil significava o florescimento da autonomia das províncias.

Essa instituição de créditos recebeu autorização para cunhar moedas, porém, no início das suas atividades, não houve registros de tais práticas, justamente porque construiu outras maneiras de regular as relações monetárias, como a compra e venda de ações do próprio Banco e posteriormente contou com o uso de bilhetes, uma espécie de cheque atual, trabalhando apenas com a variedade monetária já presente e circulante neste.

Outro aspecto a destacar é justamente que a fundação do Banco da Província fez parte de um movimento nacional, mas que, na prática, só foi efetivado por resultado da intervenção de particulares locais, mais especificamente uma elite ligada ao comércio. Podemos identificar a década de 1850 com um surto de desenvolvimento, porém com uma expressão ainda maior e mais abrangente que envolve uma reconstrução cultural do Brasil. Estamos dialogando sobre um período que precede os variados conflitos ao longo do Império, logo a “cultura de abrir bancos” passa a ser um grande negócio no Brasil.

O Banco da Província do Rio Grande de São Pedro tem por caráter fundador um grupo predominantemente burguês, que visava aumentar seus domínios de poder, seu acúmulo de capital e sua ascensão social. Por outro viés, cabe destacar aqui o importante papel das colônias alemãs, como São Leopoldo, por exemplo, espaços inicialmente não tão desenvolvidos monetariamente, mas que por seus intensos fluxos comerciais permitiram que o Banco da Província se mantivesse e se desenvolvesse, ou seja, percebemos assim que a própria existência do Banco não fora apenas consequência da vontade de uma elite, mas tornou-se possível através do trabalho da coletividade. Essa coletividade incluiu negros que trabalhavam nos portos e nos armazéns carregando e descarregando mercadorias e também mulheres que preparavam parte destas mercadorias.

Verificamos, ao longo desta pesquisa, que o Banco da Província gerou variadas linhas de crédito, que, ao passar do tempo, possibilitou novas construções e novos projetos de modernização. A navegação é potencializada neste momento, assim como as primeiras pré-configurações das indústrias que se instalariam no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX. A linha férrea dessa Província vai ser projetada a partir desse contexto, fomentando, assim, o comércio e a urbanização de novos espaços do interior.

Porto Alegre urbaniza-se e moderniza-se, a população cresce e, com isso, há um aumento da violência, que resultou na construção da cadeia, espaço culturalmente trazido da Europa para vigiar e punir todos aqueles que propagassem a desordem da capital sulina. Assim, podemos identificar que o Banco da Província não atendia a todos, tornando-se, em um primeiro momento, em um “espaço natural” de exclusão social

por atender apenas à burguesia. Ao longo do tempo, esse atendimento foi estendido ao restante da população. Isso se verifica possivelmente devido a própria evolução do sistema capitalista.

O Banco surge para regular as relações comerciais, ou seja, é uma resposta à necessidade que o capitalismo trouxe para a América, assim verificou que o Banco em Porto Alegre é apenas mais um dentro do Brasil, pois nesse momento vários bancos estavam sendo criados nas outras províncias, e com o mesmo objetivo de fomentar a industrialização, a modernização e a urbanização. Em síntese, o ponto-chave é o desenvolvimento comercial, porém, para que isso acontecesse, foi necessária a readequação urbana como vimos no exemplo de Porto Alegre. Para tudo isso, fundou-se um Banco na Província, que também ditou regras culturais e sociais, a partir do patrocínio e créditos de vários espaços urbanos.

Podemos afirmar que a fundação do Banco da Província esteve atrelada voluntária ou involuntariamente à modernização e à urbanização do espaço sulino, pois trouxe para a Província e principalmente para Porto Alegre novos investimentos propulsores, como o serviço de bondes, a construção de novos espaços, a pavimentação de ruas, o abastecimento de água, os lampiões, os teatros, ou seja, melhoramentos públicos ligados ao cotidiano dos gaúchos proporcionando melhor qualidade de vida. Todavia isso representou as raízes do capitalismo no sul do Império que, por vezes, afirmava a exclusão social. Assim, identificamos o Banco como um marco de reconstrução geocultural em que novas ideias, pessoas, construções e projetos de vida se materializaram em prol do ser humano urbano e moderno.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BRASIL. **Decreto nº 2005 de 24 de outubro de 1857**. Autorisa a incorporação e aprova os Estatutos do Banco da Província do Rio Grande do Sul, com diversas alterações. Disponível em: <<http://www.senadofederal.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

_____. **Estatutos do Banco da Província do Rio Grande do Sul**. 1858. <http://www.senadofederal.gov.br> – Acessado em 03/ 08/ 2012 – 14 horas.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO BANCO DO BRASIL E AGÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **História do Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: Ítalo Bianchi, 1987.

CORAZZA, Gentil. **A junta comercial no Contexto da Economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DOCUMENTO DOS GOVERNANTES. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva Ferraz**, p. 43, 5 de novembro de 1858. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

FRANCO, Sérgio da Costa. Bancos. *In: _____*. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

JORNAL O CONCILIADOR, outubro, p. 3. Porto Alegre: Museu da Comunicação Social José Hipólito da Costa, 1858.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. **Balança Comercial, Balança de Pagamentos e Meio Circulante no Brasil no 2º Império**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1982.

LEITMAN, Spencer. **Entrevista ao Jornal Zero Hora**. Porto Alegre: Zero Hora, 21 de abril de 2012.

MACEDO, Francisco Riopardense; Equipamentos Urbanos Pós Revolução. *In: História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MAESTRI FILHO, Mario José. O escravo no Rio Grande do Sul. *In: O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1984.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. Fronteira. *In: Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Paris - Rio de Janeiro - Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822 - 1889). *In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf ; PADOIN, Maria Medianeira. (Orgs.). História Geral do Rio Grande do Sul - Império*. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 423-447.

REICHEL, Heloísa. Fronteiras no espaço platino. *In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). Colônia*. v. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 45-64.

REINHEIMER, Dalva N. As Ligações entre o centro-norte do estado e a capital pelas vias fluviais: integração e desenvolvimento no final do século XIX. *In: A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REVISTA: Província 1º de Julho de 1958: **Edição Comemorativa do Centenário do Banco da Província do Rio Grande do Sul Fundado em 1858**. Arquivo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: ERUS, 1974

SPALDING, Walter. **História de Porto Alegre para a infância e juventude**. Porto Alegre: Sulina, 1975.